



JUCESP PROTOCOLO
0.886.537/253

JUCESP
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA



SUL CONCESSÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 43.277.147/0001-36

NIRE 3530057560-1

REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2025, ÀS 10:00

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada aos 02 (dois) dias do mês de abril de 2025 (dois mil e vinte e cinco), às 10:00 horas, na sede social da Sul Concessões e Participações S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Natingui, nº 862, Conjs.703/704, Vila Madalena, CEP 05.443-001 (“Companhia”).
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** (i) Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), em razão da presença do acionista titular de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia; e (ii) Dispensada a presença do representante da BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. (“Auditores Independentes”), em face da inexistência de quaisquer dúvidas em relação às demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.
3. **PUBLICAÇÕES:** Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, anexas a presente ata como Anexo I (“Demonstrações Financeiras”), nos termos do artigo 294 da Lei das S.A. e publicados, de forma digital no site da Companhia <https://www.sulconcessoes.com.br>, e na Central de Balanços.
4. **MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Denis Lacerda de Queiroz e secretariados pelo Sr. Sérgio Garrido de Barros.
5. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre – (1) as contas dos administradores, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (2) a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (3) a fixação da remuneração global dos administradores para o exercício 2025.
6. **DELIBERAÇÕES:** Instalada a Assembleia Geral Ordinária, o único atual acionista da Companhia, por unanimidade e sem quaisquer restrições, resolve:
 - (i) aprovar, após esclarecimentos realizados pela administração da Companhia, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
 - (ii) aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, do qual se apurou prejuízo de R\$ 10.512.100,19 (dez milhões, quinhentos e doze mil, cem reais e dezenove centavos), o qual foi destinado à absorção pela conta de Lucros Acumulados da Companhia; e

JUCESP
25 04 25

(iii) aprovar o montante global de R\$ 532.675,00 (quinhentos e trinta e dois mil, seiscentos e setenta e cinco reais), como limite da remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício social de 2025, em observância ao disposto no artigo 152 da Lei das S.A.

7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária pelo tempo necessário à lavratura desta ata, após o que a ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada, tendo sido encerrados os trabalhos e assinada por todos os presentes.

São Paulo/SP, 02 de abril de 2025.

MESA:

Sérgio Garrido de Barros
Presidente

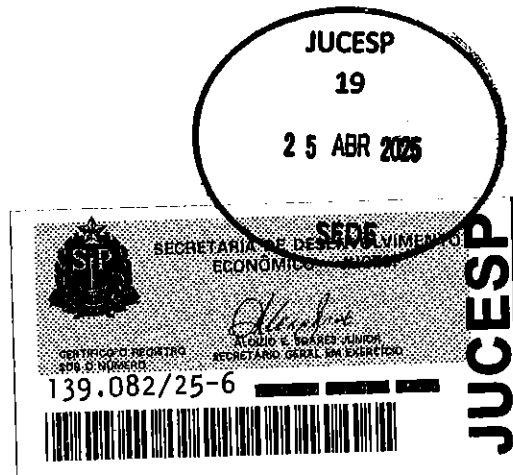
Denis Lacerda de Queiroz
Secretário

ACIONISTA:

NORTE SANEAMENTO S.A.

Denis Lacerda de Queiroz
Diretor

Sérgio Garrido de Barros
Diretor



UNICESP
25 04 25
Anexo I

**Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em
31 de dezembro de 2024.**



CNPJ

43.277.147/0001-36

Razão Social

SUL CONCESSOES E PARTICIPACOES S/A

Data de Publicação

31/03/2025 20:55:04

Hash de Publicação

8136A3E28309AB300240FE08ED84BCD82E6A8B8F

Recebeido/Auditoria Independente

Data de Inicio

01/01/2024

Data de Fim

31/12/2024

Consolidada

-

Origem

Participante-Upload

Título

SUL CONCESSOES E PARTICIPACOES S.A. - RELATÓRIO DE AUDITORIA

Descrição

SUL CONCESSOES E PARTICIPACOES S.A. - RELATÓRIO DE AUDITORIA

Anexos

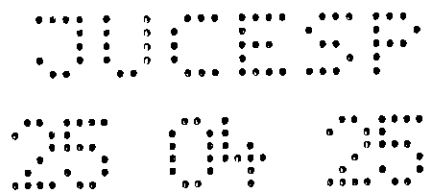
Tipo de Anexo

Título

Descrição

| | Nome | CPF/CNPJ | Data Publicação | Perfil | Tipo de Acesso |
|-------------------------------------|----------------|--------------------|---------------------|--------------|---------------------|
| SUL CONCESSOES E PARTICIPACOES S A: | 43277147000136 | 43.277.147/0001-36 | 31/03/2025 20:55:04 | Participante | Certificado Digital |

SUL CON

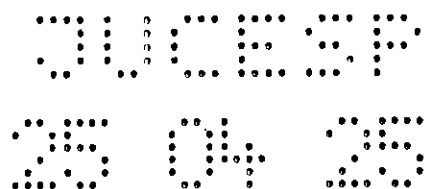


SUL CONCESSÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas**

Em 31 de dezembro de 2024



SUL CONCESSÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

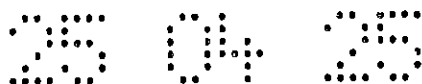
Demonstrações individuais e consolidadas dos resultados

Demonstrações individuais e consolidadas dos resultados abrangentes

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Sul Concessões e Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Sul Concessões e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Sul Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

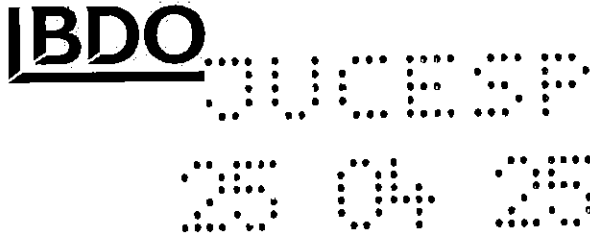
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sul Concessões e Participações S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

IBDO

DUCE SP
25 04 25

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 31 de março de 2025.

IBDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1



Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador CRC 1 GO 014553/O-0 - S - SP

SUL CONCESSÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(EM MILHARES DE REAIS)

| Ativo | Nota explicativa | Controladora | | | Consolidado | | |
|------------------------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Circulante | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 15.472 | 13.085 | 17.009 | 16.316 | | 3.919 |
| Aplicações Financeiras | 4 | 20.546 | - | 20.546 | - | | 1.561 |
| Contas a receber de clientes | 5 | - | - | 8.571 | 7.302 | | 3.153 |
| Adiantamento a fornecedores | | - | - | 446 | 8 | | 547 |
| Tributos a Recuperar | | 307 | 47 | 484 | 168 | | 1.670 |
| Estoques | | - | - | 737 | 546 | | - |
| Outros Ativos | | 2 | - | 213 | 288 | | - |
| Total do Circulante | | 36.327 | 13.132 | 48.006 | 24.627 | | 10.851 |
| Não circulante | | | | | | | |
| Investimento | 6 | 47.279 | 25.308 | - | - | | - |
| Direito de uso | 7 | - | - | 1.282 | 1.711 | | - |
| Imobilizado | 8 | - | - | 882 | 574 | | - |
| Ativo de Contrato | 9 | - | - | 42.792 | - | | - |
| Intangível | 10 | 98.575 | 102.112 | 109.868 | 131.510 | | - |
| Partes Relacionadas | 11 | 971 | 669 | 671 | 675 | | - |
| Outros Ativos | | 78 | - | 101 | 151 | | - |
| Total do Não Circulante | | 146.902 | 128.089 | 155.596 | 134.621 | | 89.303 |
| Total do Ativo | | 183.229 | 141.221 | 203.602 | 159.247 | | 159.247 |
| Passivo | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | |
| Fornecedores a Pagar | 12 | - | - | - | - | 3 | 8 |
| Salários e encargos sociais | 14 | - | - | - | - | - | - |
| Tributos a pagar | 15 | - | - | - | - | 18 | 1 |
| Arrendamentos a pagar | 7 | - | - | - | - | - | - |
| Outros passivos | | - | - | - | - | - | 1 |
| Total do Circulante | | | | | | 21 | 9 |
| Não circulante | | | | | | | |
| Debêntures e financiamentos | 13 | - | - | - | - | 111.139 | 58.875 |
| Arrendamentos a pagar | 7 | - | - | - | - | - | - |
| Partes Relacionadas | 11 | - | - | - | - | 243 | - |
| Tributos a pagar | 15 | - | - | - | - | - | - |
| Tributos diferidos | 16 | - | - | - | - | 24.293 | 24.293 |
| Provisão para contingências | 17 | - | - | - | - | - | - |
| Total do Não Circulante | | | | | | 135.676 | 83.168 |
| Total do Passivo | | | | | | 183.229 | 141.221 |
| Patrimônio líquido | 18 | | | | | | |
| Capital social | | - | - | - | - | 7.001 | 7.001 |
| Reserva Legal | | - | - | - | - | 1.400 | 1.400 |
| Reserva de lucros | | - | - | - | - | 39.131 | 49.643 |
| Total do Patrimônio Líquido | | | | | | 47.532 | 58.044 |
| Total do Passivo | | | | | | 183.229 | 141.221 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

SUL CONCESSÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(EM MILHARES DE REAIS)

| | Nota explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|-----------------|----------------|-----------------|----------------|
| | | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Operações contínuadas | | | | | |
| Receita líquida de serviços | 19 | - | - | 32.115 | 24.257 |
| Receita de construção | | - | - | 22.134 | 11.708 |
| Custo dos serviços prestados | 20 | - | - | (12.626) | (10.213) |
| Custo de construção | | - | - | (22.134) | (11.708) |
| Lucro bruto | | - | - | 19.489 | 14.044 |
| Receitas / Despesas operacionais | | | | | |
| Gerais e Administrativas | 21 | (4.351) | (4.116) | (9.801) | (8.732) |
| Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) | | - | - | (819) | (454) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 6 | 7.121 | 5.066 | - | 931 |
| Ganho por compra vantajosa | | - | 53.588 | - | 53.588 |
| Outras receitas (despesas) operacionais | | - | - | 188 | 52 |
| Lucro operacional antes do resultado financeiro | | 2.770 | 54.538 | 9.057 | 59.429 |
| Resultado financeiro líquido | 22 | (13.282) | (7.208) | (12.295) | (8.099) |
| Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social | | (10.512) | 47.329 | (3.238) | 51.330 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social corrente | 23 | - | - | (3.713) | (2.543) |
| Imposto de Renda e Contribuição diferido | 23 | - | (14.725) | - | (14.725) |
| Participação dos não controladores | | - | - | - | (407) |
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício | | (10.512) | 32.604 | (6.951) | 33.654 |
| Atribuível aos | | | | | |
| Atribuível aos | | | | | |
| Acionistas da Companhia | | (10.512) | 32.604 | (6.951) | 34.061 |
| Participação dos não controladores | | - | - | - | (407) |
| | | (10.512) | 32.604 | (6.951) | 33.654 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

SUL CONCESSÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(EM MILHARES DE REAIS)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------|---------------|----------------|---------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício | (10.512) | 32.604 | (6.951) | 33.654 |
| Outros resultados abrangentes | | | | |
| Total do resultado abrangente do período | (10.512) | 32.604 | (6.951) | 33.654 |
| Total do resultado abrangente atribuído aos: | | | | |
| Acionistas | (10.512) | 32.604 | (6.951) | 34.061 |
| Não controladores | - | - | - | (407) |
| | (10.512) | 32.604 | (6.951) | 33.654 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

SUL CONCESSÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (EM MILHARES DE REAIS)

| | Atribuível aos acionistas da controladora | | | |
|----------------------------------|---|---------------|-------------------|--------------------|
| | Capital Social | Reserva Legal | Reserva de Lucros | Total Controladora |
| Em 1º de Janeiro de 2023 | 7.001 | 702 | 17.737 | 25.440 |
| Lucro do exercício | - | - | 32.604 | 32.604 |
| Reserva Legal | - | 698 | (698) | - |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 7.001 | 1.400 | 49.643 | 58.044 |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 7.001 | 1.400 | 39.131 | 47.532 |
| Prejuízo do exercício | - | - | (10.512) | (10.512) |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

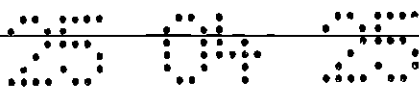
BRASILEIRAS
 S.A.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | | |
| Lucro (prejuízo) do exercício | (10.512) | 32.604 | (6.951) | 33.654 |
| Ajustes | | | | |
| Depreciação | - | - | 122 | 33 |
| Amortização do Intangível | - | - | 1.471 | 1.712 |
| Amortização Mais Valia | 3.536 | 2.764 | 3.536 | 2.764 |
| Amortização de Arredamento | - | - | 1.008 | 1.106 |
| Amortização de custo de transação | 656 | 1.106 | 656 | 118 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (7.121) | (5.066) | - | - |
| Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa | - | - | 819 | 454 |
| Ganho sobre compra vantajosa de controladas | - | (53.588) | - | (53.588) |
| Encargos financeiros de financiamentos e debêntures | 14.366 | 8.039 | 10.866 | 8.901 |
| Encargos financeiros de arrendamento mercantil | - | - | 124 | - |
| Saldos Iniciais de controladas não consolidadas até fev 2023 | - | - | - | 25.439 |
| | 925 | (14.141) | 11.652 | 20.594 |
| Contas a receber de clientes | - | - | (2.088) | (2.018) |
| Tributos a recuperar | (260) | (47) | (316) | (168) |
| Estoque | - | - | (191) | (546) |
| Partes Relacionadas | (59) | - | 247 | - |
| Outros ativos | (78) | - | (313) | (435) |
| Fornecedores | (5) | 6 | (634) | 3.919 |
| Salários e encargos | - | - | 95 | 789 |
| Tributos a pagar/diferido | 18 | 14.725 | (357) | 24.133 |
| Outros passivos | (1) | - | 33 | 982 |
| Saldos Iniciais de controladas não consolidadas até fev 2023 | - | - | - | 3.366 |
| | (384) | 14.684 | (3.525) | 30.022 |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 541 | 543 | 8.127 | 50.616 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | | |
| Adições ao investimento | (14.850) | (14.250) | - | - |
| Adições ao ativo de contrato | - | - | (22.134) | - |
| Adições ao ativo Intangível | - | - | (4.023) | (12.179) |
| Adições Mais Valia contratos de concessão | - | (8.469) | - | (8.469) |
| Adições ao imobilizado | - | - | (432) | (374) |
| Adições ao ativo direto de uso | - | - | (578) | (302) |
| Saldos Iniciais de controladas não consolidadas até fev 2023 | - | - | - | (63.521) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | (14.850) | (22.719) | (27.167) | (84.845) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | | | |
| Ingressos de empréstimos e financiamentos | 109.000 | 55.000 | 109.000 | 55.000 |
| Amortizações de empréstimos e financiamentos | (71.758) | (19.787) | (68.258) | (22.507) |
| Arrendamento a pagar | - | - | (463) | 1.512 |
| Saldos iniciais de controladas não consolidadas até fev 2023 | - | - | - | 16.374 |
| Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos | 37.242 | 35.213 | 40.279 | 50.379 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | 22.933 | 13.037 | 21.239 | 16.150 |
| Variação no Caixa | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 13.085 | 48 | 16.316 | - |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 36.018 | 13.085 | 37.555 | 16.316 |
| Saldos Iniciais de controladas não consolidadas até fev 2023 | - | - | - | (166) |
| Variação no Caixa | 22.933 | 13.037 | 21.239 | 16.150 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

SUL CONCESSÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais)



1. Informações Gerais

A Sul Concessões e Participações S.A. ("Sul Concessões" ou "Companhia") é uma controlada integral da Norte Saneamento S.A. ("Norte Saneamento").

A Companhia foi constituída em 25 de agosto de 2021 e tem como principal objetivo deter participação societária no capital de outras sociedades no Brasil que desenvolvam atividades de investimento e gestão de recursos hídricos e ativos de saneamento.

Em 25 de fevereiro de 2022, a Companhia, adquiriu 50% das ações das SPEs Gaivota Saneamento SPE S.A. ("Gaivota"), Gravatal Saneamento SPE S.A. ("Gravatal"), Guabiruba Saneamento SPE S.A. ("Guabiruba") e Sombrio Saneamento SPE S.A. ("Sombrio"), ou em conjunto ("SPEs"), sendo estas, detentoras de contratos de concessão de longo prazo no Estado de Santa Catarina.

Em 27 de fevereiro de 2023, a Companhia adquiriu mais 22,75% das ações e passou a ter uma participação de 72,75% do Capital, assumindo o controle das SPEs a partir desta data.

Em 31 de julho de 2023, a Companhia concluiu o processo de aquisição dessas controladas, passando a deter a partir desta data 100% das ações.

Os contratos de concessão das SPE's podem ser assim sumarizados:

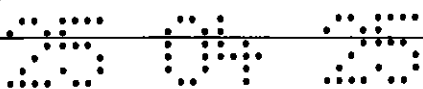
| Município | Data de assinatura do contrato | Estado | Cronograma de vencimento | Prazo | Prazo restante (meses) |
|-----------|--------------------------------|----------------|--------------------------|-------|------------------------|
| Gaivota | 22/05/2018 | Santa Catarina | 24/05/2053 | 35 | 340 |
| Gravatal | 15/02/2018 | Santa Catarina | 18/02/2048 | 30 | 277 |
| Guabiruba | 30/04/2020 | Santa Catarina | 30/04/2050 | 30 | 303 |
| Sombrio | 19/11/2020 | Santa Catarina | 18/11/2055 | 35 | 370 |

2. Base para preparação das informações contábeis e resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (IFRS), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS® Accounting Standards*)).

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo emitidas após sua aprovação pela Diretoria em 31 de março de 2025.



2.2 Base para preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos na demonstração financeira da Companhia e suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico onde atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

2.4 Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas.

- Nota explicativa 5 - Contas a receber (provisão para perdas de recebíveis)
- Nota explicativa 8 - Imobilizado (depreciação pela vida útil)
- Nota explicativa 10 - Intangível (amortização pela vida útil)
- Nota explicativa 17- Provisão para contingências (pareceres jurídicos)

2.5 Base de consolidação e investimentos em controladas.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Sul Concessões S.A. e suas controladas.

As Demonstrações contábeis das empresas controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial, sendo incluídas nas informações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Sul Concessões e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

| Empresas controladas | Direta/Indireta | Participação | | Consolida desde |
|-------------------------------|-----------------|--------------|------------|-----------------|
| | | 31/12/2024 | 31/12/2023 | |
| Gaivota Saneamento SPE S.A. | Direta | 100,00% | 100,00% | mar/23 |
| Gravatal Saneamento SPE S.A. | Direta | 100,00% | 100,00% | mar/23 |
| Guabiruba Saneamento SPE S.A. | Direta | 100,00% | 100,00% | mar/23 |
| Sombrio Saneamento SPE S.A. | Direta | 100,00% | 100,00% | mar/23 |

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3 Contas a receber e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades das controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), calculadas com base na análise dos créditos e registradas no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas estimadas.

3.4 Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante.

3.5 Ativos financeiros e não financeiros

3.5.1 Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.5.2 Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.5.3 *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas avaliam na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas, somente se há evidência objetiva de perda após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e que estas perdas terão impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, tendo que ser este evento, estimado de maneira confiável.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, como para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3.6 Imobilizado

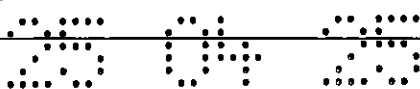
O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas e todos os outros reparos e manutenções, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil fiscal dos equipamentos.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais", na demonstração do resultado.



3.7 Ativos intangíveis

(a) Sistema de Água e Esgoto

A Companhia e suas controladas reconhecem como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão do IASB.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pelas concessões, e tem a sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela concessão (Nota 10).

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

(b) Capitalização de juros e encargos financeiros

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e suas controladas e que tais custos possam ser mensurados com confiança.

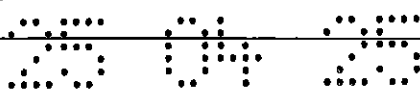
Os custos de empréstimos atribuíveis ao ativo intangível, são capitalizados mesmo que ocorram na controladora, contudo, nesse caso específico, a capitalização é feita apenas nas demonstrações contábeis consolidadas.

(c) Mais Valia Contratos de Concessão

A mais valia resulta da aquisição de controladas e representa a diferença entre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos e o valor pago da contraprestação transferida na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior adquirida em relação ao valor justo. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

3.8 Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional, acrescidos do ágio e diminuído do deságio.



3.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

3.10 Financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos financiamentos são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o financiamento seja sacado.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos doze meses após a data do balanço.

Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo intangível quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como custo no período que são incorridos.

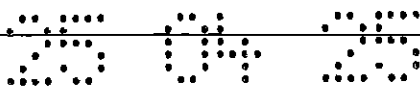
Esses custos de financiamentos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados mesmo que ocorram no âmbito da Companhia ou em controladas que não sejam operacionais (caso da Sul Concessões), relativamente a investimentos realizados pelas controladas, no entanto, neste caso específico, esta capitalização específica é reconhecida apenas nas demonstrações contábeis consolidadas.

3.11 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.



(ii) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

(iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixo (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

3.12 Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia e suas controladas estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A administração da Companhia e suas controladas, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil.
- Perda possível: são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.
- Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

3.13 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades das controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia e suas controladas reconhecem suas receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável a geração de benefícios econômicos futuros e quando as obrigações de desempenho foram cumpridas, atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir.

A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receita de serviços de água e esgoto

A receita de prestação de serviços de água e esgoto é reconhecida por ocasião do consumo de água e esgoto ou por ocasião de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas pelo valor justo a receber.

(b) Receita de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos na formação da infraestrutura de cada contrato, determinado com base nos correspondentes custos de envolvimento na formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas (IFRIC 12 / ICPC 01 (R1) e OCPC 05).

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico IFRIC 12 do IASB e ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão, e não considera margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência.

Essa receita é reconhecida juntamente com os custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos em formação.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.14 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.15 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, considerando uma base de presunção de 32% da Receita Bruta recebida (Lucro Presumido).

3.16 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

(a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

(a.1) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- . O direito da Companhia e suas controladas de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- . Se o direito da Companhia e suas controladas de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele;
- . A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a Companhia e suas controladas exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- . No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria Companhia e suas controladas, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo. No entanto, a classificação de certos empréstimos contraídos mudou de não circulante para circulante como resultado da aplicação das emendas para o exercício atual, bem como para o período comparativo.

(a.2) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

(a.3) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que a Companhia e suas controladas forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

(b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as Companhias e suas controladas contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.
- e) A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- f) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

SUL CONCESSÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais)

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Banco conta movimento | 4 | 18 | 185 | 102 |
| Aplicações financeiras | 15.468 | 13.067 | 16.824 | 16.214 |
| | 15.472 | 13.085 | 17.009 | 16.316 |
| Aplicações financeiras (i) | 20.546 | - | 20.546 | - |
| | 36.018 | 13.085 | 37.555 | 16.316 |

(i) Período de carência para resgate finaliza em 01 de abril de 2025.

a) Aplicações financeiras

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Banco Daycoval | 21 | - | 21 | - |
| Sicoob | 35.993 | 13.066 | 37.345 | 16.214 |
| Outros | - | - | 4 | - |
| | 36.014 | 13.066 | 37.370 | 16.214 |

As aplicações financeiras são baseadas em títulos de renda fixa com remuneração vinculada ao CDI e possuem liquidez e rendimentos diários. As aplicações estão em sua maioria, aplicadas no e Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil ("SICOOB"), e rendem em média 100% do CDI.

5. Contas a receber

| | Consolidado | |
|-------------------------------------|--------------|--------------|
| | 2024 | 2023 |
| Contas a receber de clientes | | |
| Serviço de água e esgotos | 8.802 | 6.755 |
| Serviços incorridos e não faturados | 1.555 | 1.481 |
| (-) Arrecadação a discriminar | 25 | 56 |
| (-) Provisões estimadas de perdas | (1.810) | (991) |
| | 8.571 | 7.302 |

SUL CONCESSÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais)

A Companhia adota como política para constituição de provisão de perdas esperadas para faturas em aberto há mais de 360 dias para clientes privados e há mais de 720 dias para clientes públicos. A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber.

Movimentação da perda estimada de créditos de liquidação duvidosa:

| | 2024 | 2023 |
|----------------------|----------------|--------------|
| Saldo Inicial | (991) | (1.037) |
| Reversão da Provisão | 115 | 802 |
| Provisão | (934) | (756) |
| Saldo Final | (1.810) | (991) |

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada a seguir:

| | Consolidado | |
|-------------------------------------|--------------|--------------|
| | 2024 | 2023 |
| Faturas a vencer | 2.934 | 2.886 |
| Vencidas | | |
| Até 30 dias | 872 | 770 |
| De 31 a 60 dias | 385 | 338 |
| De 61 a 90 dias | 259 | 210 |
| De 91 a 180 dias | 627 | 425 |
| De 181 a 360 dias | 1.068 | 991 |
| Mais de 360 dias | 2.657 | 1.135 |
| Contas a receber de clientes | 8.802 | 6.755 |

6. Investimentos

| Controladas diretas | % de Participação | | Patrimônio Líquido | | Investimento | |
|-------------------------------------|-------------------|--------|--------------------|--------|---------------|---------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Gravatal | 100,00 | 100,00 | 8.013 | 3.897 | 8.013 | 3.897 |
| Gaivota | 100,00 | 100,00 | 16.769 | 11.646 | 16.769 | 11.646 |
| Sombrio | 100,00 | 100,00 | 11.012 | 7.409 | 11.012 | 7.409 |
| Guabiruba | 100,00 | 100,00 | 11.484 | 2.356 | 11.484 | 2.356 |
| Investimentos em controladas | | | | | 47.279 | 25.308 |

SUL CONCESSÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais)

O saldo de investimentos na Controladora corresponde a participação de 100% nas controladas Gaivota, Gravatal, Guabiruba e Sombrio e seu movimento pode ser assim sumarizado em 31 de dezembro de 2024:

| Controladas diretas | Saldo em 31/12/2023 | AFACs | Resultado de equivalência | Saldo em 31/12/2024 |
|----------------------------|------------------------|---------------|------------------------------|------------------------|
| Gravatal | 3.897 | 3.450 | 666 | 8.013 |
| Gaivota | 11.646 | 2.550 | 2.574 | 16.770 |
| Sombrio | 7.409 | 1.500 | 2.103 | 11.012 |
| Guabiruba | 2.356 | 7.350 | 1.778 | 11.484 |
| Total Investimentos | 25.308 | 14.850 | 7.121 | 47.279 |

No exercício de 2024, a Companhia aportou Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFACs) nas controladas no montante de R\$ 14.850. Os valores aportados nas controladas foram utilizados para realização de investimentos na construção ou melhoria da infraestrutura, conforme cronograma de investimentos das concessões, e serão capitalizados até o primeiro semestre de 2025.

7. Direito de uso/Arrendamentos a pagar (IFRS16/CPC 06)

| | Consolidado | | |
|-------------------------|-------------------------|----------------|-------------------------|
| | Saldos em 31/12/2023 | Adições | Saldos em 31/12/2024 |
| Direito de Uso | | | |
| Veículos | 192 | 352 | 543 |
| Veículos pesados | 139 | 119 | 258 |
| Máquinas e equipamentos | 1.743 | 78 | 1.821 |
| Imóvel | 308 | 29 | 337 |
| | 2.382 | 578 | 2.960 |
| Amortização | | | |
| Veículos | (166) | (211) | (376) |
| Veículos pesados | (16) | (103) | (119) |
| Máquinas e equipamentos | (369) | (574) | (943) |
| Imóvel | (120) | (120) | (240) |
| | (671) | (1.008) | (1.678) |
| | 1.711 | (430) | 1.282 |

Movimentação dos arrendamentos a pagar:

| | Consolidado | | | |
|------------------------|-------------------------|---------|-----------------------------------|-------------------------|
| | Saldos em 31/12/2023 | Adições | Pagamento de principal + juros | Saldos em 31/12/2024 |
| Arrendamentos a pagar | 1.512 | 578 | (1.043) | 1.173 |
| Passivo circulante | 547 | | | 683 |
| Passivo não circulante | 964 | | | 490 |

As classes de ativos nos quais as Controladas possuem arrendamentos são: equipamentos pesados, veículos pesados, veículos leves e imóveis. A Companhia adotou como taxa incremental CDI + 9% a.a que foi a taxa de captação das debêntures de 2º emissão, já liquidadas.

Vencimento dos arrendamentos a pagar no passivo não circulante:

| Não Circulante por faixas de vencimento | 2024 |
|---|------------|
| 2026 | 253 |
| 2027 | 203 |
| 2028 | 35 |
| | <u>490</u> |

8. Imobilizado

| | Taxa anual de depreciação | Consolidado | | | |
|-------------------------------|---------------------------|-------------------------|--------------|-------------|-------------------------|
| | | Saldos em 31/12/2023 | Adição | Baixas | Saldos em 31/12/2024 |
| Custo | | | | | |
| Edificações | | 3 | - | - | 3 |
| Móveis e Utensílios | | 53 | 57 | - | 110 |
| Máquinas e Equipamentos | | 299 | 333 | - | 632 |
| Equipamentos de informática | | 129 | 17 | (11) | 135 |
| Veículos e embarcações | | 2 | 4 | - | 6 |
| Bens de terceiros em comodato | | 18 | - | - | 18 |
| Consortio de bens móveis | | 107 | 37 | (5) | 139 |
| | | <u>612</u> | <u>448</u> | <u>(16)</u> | <u>1.042</u> |
| Depreciação | | | | | |
| Edificações | 4% | | | | |
| Móveis e Utensílios | 7% | (4) | (10) | - | (14) |
| Máquinas e Equipamentos | 10% | (22) | (81) | - | (103) |
| Equipamentos de informática | 20% | (12) | (31) | - | (43) |
| | | <u>(38)</u> | <u>(122)</u> | <u>-</u> | <u>(160)</u> |
| | | <u>574</u> | <u>326</u> | <u>(16)</u> | <u>882</u> |

O Ativo imobilizado não foi dado em garantia de nenhuma obrigação financeira da Companhia e de suas controladas.

9. Ativo de contrato

| | Consolidado | | | |
|----------------------------------|-------------------------|-----------------------|--------------------------------|-------------------------|
| | Saldos em 31/12/2023 | Obras em andamento | Transferência do intangível | Saldos em 31/12/2024 |
| Obras em andamento | | | | |
| Sistema de abastecimento de água | - | 18.036 | 16.833 | 34.869 |
| Sistema de esgotamento sanitário | - | 4.098 | 3.824 | 7.922 |
| | - | 22.134 | 20.658 | 42.792 |

O saldo de obras em andamento do sistema de abastecimento de água considera o investimento feito para aquisição de uma nova Estação de Tratamento de Água (“ETA”) para a SPE de Guabiruba. A empresa contratada promoverá os serviços de instalação, montagem, controle de instalação do sistema, controle do equipamento após o transporte, ajustagem definitiva dos bens, partida e operação assistida, de forma a entregar os bens em perfeitas condições de operar de forma segura e confiável no local de operação.

A ETA já está em fase de conclusão, e a SPE irá montar a base para instalação para que o ativo seja transportado até o local da operação. Toda obra estará concluída até julho de 2025.

Em 2024, houve também reclassificação de R\$ 20.658 mil de valores que estavam apropriados ao Intangível, contudo, após revisão para melhor segregação considerando o estágio dos investimentos realizados, estes valores foram remanejados.

10. Intangível

| | Controladora | | | Consolidado | | | |
|------------------------------|-------------------------|----------------|-------------------------|-------------------------|----------------|--|-------------------------|
| | Saldos em 31/12/2023 | Adição | Saldos em 31/12/2024 | Saldos em 31/12/2023 | Adição | Transferência para Ativo de contrato | Saldos em 31/12/2024 |
| Custo | | | | | | | |
| Mais Valia | 106.100 | - | 106.100 | 106.100 | - | - | 106.100 |
| Investimentos - concessão | - | - | - | 30.253 | 432 | (20.658) | 10.027 |
| Cap. de juros no consolidado | - | - | - | 1.050 | 3.560 | - | 4.610 |
| | 106.100 | - | 106.100 | 137.403 | 3.992 | (20.658) | 120.737 |
| Amortização acumulada | | | | | | | |
| Mais Valia | (3.988) | (3.536) | (7.524) | (3.988) | (3.536) | - | (7.524) |
| Investimentos - concessão | - | - | - | (1.905) | (1.471) | 31 | (3.345) |
| | (3.988) | (3.536) | (7.524) | (5.893) | (5.007) | 31 | (10.869) |
| Total | 102.112 | (3.536) | 98.575 | 131.510 | (1.015) | (20.627) | 109.868 |

(a) Investimentos concessões

O saldo do Intangível das controladas, refere-se aos gastos utilizados em ativos necessários para a conclusão dos sistemas de abastecimento de água e esgoto e demais investimentos, previstos no contrato de concessão.

A amortização da infraestrutura de água e esgoto nas controladas é realizada pelo prazo do contrato de concessão ou vida útil, dos dois o menor.

(b) Mais valia

O intangível na Controladora, corresponde a mais valia dos contratos de concessão das controladas, Gaivota, Gravatal, Guabiruba e Sombrio.

Essa mais valia foi apurada através de laudo de avaliação que determina o valor justo das participações adquiridas, e está sendo amortizada de acordo com o prazo médio das concessões (30 anos).

A apuração da mais valia pode ser assim sumarizada:

| | Controladora 2024 |
|---|----------------------|
| Aquisições das controladas | |
| Valor justo ativo líquido da participação adquirida | 100.651 |
| Variação valor justo entre as aquisições | 10.280 |
| Valor contábil da participação adquirida | (4.831) |
| | <u>106.100</u> |

11. Partes Relacionadas

Ativo

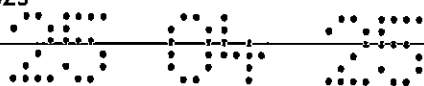
| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Norte Saneamento S.A. | 668 | 669 | 668 | 675 |
| Centro Sul Concessões | 3 | - | 3 | - |
| Guabiruba | 150 | - | - | - |
| Gaivota | 150 | - | - | - |
| | <u>971</u> | <u>669</u> | <u>671</u> | <u>675</u> |

O ativo com a controladora Norte Saneamento, é referente a gastos incorridos com estudos de mercado e apoio operacional em benefício da Companhia.

Passivo

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|--------------|------|-------------|------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| São Gabriel Saneamento | 243 | - | 243 | - |

O passivo com a controlada São Gabriel, corresponde ao apoio operacional fornecido pela estrutura da controlada em estudos de mercado.



12. Fornecedores

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------|--------------|----------|--------------|--------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Fornecedores | | | | |
| Serviços | - | - | 2.304 | 2.748 |
| Materiais | - | - | 722 | 861 |
| Outros | 3 | 8 | 197 | 236 |
| Energia | - | - | 62 | 74 |
| | 3 | 8 | 3.285 | 3.919 |

A Companhia e suas controladas mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, que prestam serviços e fornecem materiais para a operação de fornecimento de água e esgotamento sanitário, com prazo médio de pagamento de cerca de 30 dias.

13. Debêntures e financiamentos

| | Indexador | Vencimento | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|-------------|------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | | | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Debêntures 2ª Emissão | CDI + 9% | 2025 | - | 59.901 | - | 59.901 |
| Debêntures 3ª Emissão | IPCA + 9,5% | 2042 | 113.338 | - | 113.338 | - |
| Custos de transação | | | (2.199) | (1.026) | (2.199) | (1.026) |
| Total dívida | | | 111.139 | 58.875 | 111.139 | 58.875 |
| Passivo circulante | | | - | - | - | - |
| Passivo não circulante | | | 111.139 | 58.875 | 111.139 | 58.875 |

Em setembro de 2024, a Companhia concretizou a terceira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie em garantia real, com garantia fidejussória adicional em série única no valor total de R\$ 109.000 com vencimento em 15 de setembro de 2042.

Os recursos captados nos financiamentos e por meio da emissão das Debêntures foram utilizados para (i) liquidação antecipada integral de dívidas anteriores; (ii) pagamento de despesas da emissão e oferta; (iii) financiamento de projetos para beneficiar com ações de saneamento nas modalidades de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos municípios de Guabiruba, Gravatal, Gaivota e Sombrio.

Abaixo a movimentação das Debêntures e financiamentos:

| | Saldos em 31/12/2023 | Captações | Amortização de juros | Pagamentos de principal + juros | Saldos em 31/12/2024 |
|------------|-------------------------|-----------|-------------------------|------------------------------------|-------------------------|
| Debêntures | 59.901 | 109.000 | 14.366 | (69.929) | 113.338 |

Cláusulas Restritivas (Covenants)

Os covenants são condições restritivas, que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento.

A Companhia e suas controladas possuem em sua escritura de emissão de debêntures, cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, incluindo *covenants* financeiros, que são: Dívida Líquida/EBITDA e o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD).

Os índices financeiros abaixo são apurados como base nos balanços auditados após o término de cada exercício social.

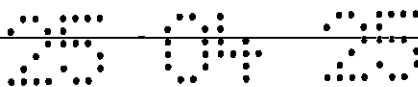
Dívida Líquida/EBITDA igual ou menor 6x para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 até 2026, 5,5x para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2027 e 2028, 5x para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2029 até 2031, 4,5x para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2032 e 2033, 4x para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2034 e 2035 e 3,5x para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2036 até 2041.

O ICSD será apurado a partir de 2027 com base nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 31 de dezembro de 2026, que verificado em determinada apuração deverá ser maior ou igual 1,20x e menor que 1,30x.

No exercício de 2024, a Companhia cumpriu em sua plenitude os *covenants* financeiros previstos nas escrituras de emissão de debêntures.

14. Salários e Encargos sociais

| | Consolidado | |
|----------------------|--------------|--------------|
| | 2024 | 2023 |
| Salários a pagar | 520 | 621 |
| Provisões e encargos | 766 | 565 |
| Encargos a recolher | 370 | 375 |
| | 1.656 | 1.561 |



15. Tributos a pagar

Correntes

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------|--------------|----------|--------------|--------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Parcelamento Tributos Federais | - | - | 5.303 | 6.275 |
| IRPJ | - | - | 615 | 571 |
| CSLL | 3 | - | 230 | 210 |
| COFINS | 13 | - | 95 | 87 |
| Retenções Terceiros | - | 1 | 58 | 28 |
| PIS | 2 | - | 33 | 19 |
| ISS | - | - | 7 | 3 |
| | 18 | 1 | 6.340 | 7.192 |

Diferidos

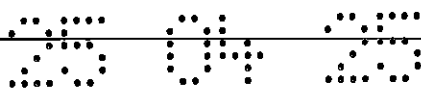
| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|--------------|----------|--------------|--------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| IRPJ | - | - | 890 | 599 |
| CSLL | - | - | 320 | 216 |
| PIS | - | - | 56 | 178 |
| COFINS | - | - | 259 | 39 |
| | - | - | 1.525 | 1.031 |
| Passivo circulante | 18 | 1 | 3.898 | 3.153 |
| Passivo não circulante | - | - | 3.967 | 5.070 |

O passivo não circulante no consolidado é referente aos vencimentos de longo prazo dos parcelamentos junto a Secretaria da Receita Federal. O montante devido desses tributos foi parcelado em 60 prestações mensais, sendo o principal corrigido pela variação da taxa Selic, acrescido de multa de 20% e seu vencimento final será em maio de 2028.

O regime de tributação de lucro das SPEs é presumido pelo regime de caixa e, assim, pagam pelo recebido. Contudo, no resultado são apurados os impostos considerando o regime de competência e a diferença entre o apurado (competência) e o efetivamente pago (caixa), é alocado ao passivo diferido

SUL CONCESSÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais)

**16. IR e CS - Diferidos (Ganho Compra Vantajosa)**

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Ganho compra vantajosa base para IR/CS | 71.451 | 71.451 | 71.451 | 71.451 |
| Imposto de Renda | 17.863 | 17.863 | 17.863 | 17.863 |
| Contribuição Social | 6.430 | 6.430 | 6.430 | 6.430 |
| | 24.293 | 24.293 | 24.293 | 24.293 |

Os tributos diferidos no passivo não circulante, são referentes ao imposto de renda e contribuição social apurados com base nos ganhos reconhecidos na compra vantajosa das controladas Gaivota, Gravatal, Guabiruba e Sombrio.

17. Contingências

| | Consolidado | |
|---------------|-------------|------|
| | 2024 | 2023 |
| Contingências | 74 | 101 |

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil, trabalhistas e ambiental, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais a Companhia e suas controladas são rés e para as quais a classificação de perda é mais provável, ou seja, acima de 50% de probabilidade de ocorrência.

Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia e suas controladas são parte integrante em algumas ações judiciais referentes as questões cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos advogados como possíveis de perda e não estão registradas contabilmente. O montante histórico atribuído a esses processos em 31 de dezembro de 2024, representa aproximadamente R\$ 179, (R\$ 484 em 2023). Abaixo os valores segregados por SPE:

| | |
|---------------|------------|
| SPE Sombrio | 60 |
| SPE Gaivota | 34 |
| SPE Gravatal | - |
| SPE Guabiruba | 85 |
| Total: | 179 |

18. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 7.001, e está representado por 7.000.500 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, assim divididas:

| | Quantidade de ações | % de ações |
|-------------------------|---------------------|------------------|
| | Norte Saneamento | Norte Saneamento |
| Ações Ordinárias ("ON") | 7.000.500 | 100% |

b) Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2024 nos termos do artigo 193 da Lei 6404/76, até o limite de 20% do Capital Social.

c) Reserva de Lucros

A Reserva de lucros é composta pelos lucros acumulados auferidos pela companhia, nos termos do artigo 182 da Lei 6404/76.

d) Conciliação entre o Patrimônio Líquido da Controladora e Consolidado

| | |
|--|---------------|
| Patrimônio Líquido da Controladora | 47.532 |
| (+) Capitalização de juros das SPEs (Nota 3.7 (b)) | 4.610 |
| Patrimônio Líquido Consolidado | 52.142 |

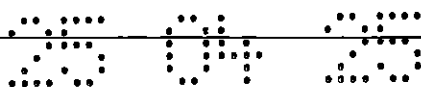
19. Receita Líquida de Serviços

| | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|
| | 2024 | 2023 |
| Serviços de abastecimento de água | 29.201 | 21.077 |
| Serviços de sistema de esgotamento sanitário | 4.115 | 3.775 |
| Receita a faturar | 72 | 337 |
| Deduções | (1.272) | (931) |
| | 32.115 | 24.257 |

O incremento na receita corresponde aos investimentos de ampliação de rede e infraestrutura, que possibilitaram o aumento no número de ligações, oferecendo aos usuários maior disponibilidade de abastecimento e cobertura, impulsionando a receita de serviços das SPEs.

SUL CONCESSÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais)

**20. Custos dos Serviços Prestados**

| | Consolidado | |
|-------------------------|-----------------|-----------------|
| | 2024 | 2023 |
| Pessoal | (4.512) | (4.471) |
| Serviços | (1.777) | (2.095) |
| Depreciação/amortização | (2.602) | (1.745) |
| Energia | (1.344) | (858) |
| Materiais | (1.925) | (813) |
| Outros | (467) | (232) |
| | (12.626) | (10.213) |

21. Gerais e administrativas

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Amortização mais valia | (3.536) | (3.870) | (3.536) | (3.870) |
| Gerais e administrativas | (815) | (208) | (1.153) | (1.399) |
| Serviços/Rateio | - | (38) | (4.100) | (2.540) |
| Pessoal | - | - | (1.011) | (922) |
| | (4.351) | (4.116) | (9.801) | (8.732) |

A variação na linha de serviços é, substancialmente, o repasse do rateio de despesas decorrentes do compartilhamento da estrutura corporativa, e corresponde as atividades de suporte corporativo aos negócios e operações em geral, das empresas que integram o Grupo Econômico Norte Saneamento.

22. Resultado financeiro líquido

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------|----------------|-----------------|----------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Receita Financeira | | | | |
| Rendimento de aplicação financeira | 1.850 | 830 | 2.391 | 802 |
| | 1.850 | 830 | 2.391 | 802 |
| Despesa Financeira | | | | |
| Encargos financeiros de debêntures | (14.366) | (6.413) | (10.806) | (5.654) |
| Amortização de custo de transação | (656) | (118) | (656) | (118) |
| Encargos financeiros de arrendamento | - | - | (122) | - |
| Despesas e comissões bancárias | (110) | (1.507) | (952) | (2.430) |
| Encargos sobre parcelamento de tributos | - | - | (2.150) | (700) |
| | (15.133) | (8.039) | (14.686) | (8.902) |
| Resultado Financeiro Líquido | (13.282) | (7.208) | (12.295) | (8.099) |

23. Imposto de renda e contribuição social

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------|--------------|-----------------|----------------|-----------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| IRPJ Corrente | - | - | (2.690) | (1.845) |
| CSLL Corrente | - | - | (1.023) | (698) |
| IRPJ Diferido | - | (10.896) | - | (10.896) |
| CSLL Diferido | - | (3.828) | - | (3.828) |
| | | (14.725) | (3.713) | (17.268) |

O saldo consolidado considera, o imposto de renda e contribuição social apurados nas SPEs com base no lucro presumido.

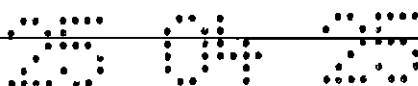
24. Gerenciamento de riscos financeiros

24.1 Gestão de Risco Financeiro

A Companhia está exposta a riscos financeiros, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações.

a) Risco de negócio

O negócio da Companhia refere-se basicamente a participação acionária em sociedades que tem como objetivo social captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários nos municípios com os quais possui contrato de concessão. Os resultados das suas controladas dependem da manutenção das concessões nos locais em que opera, sendo que os respectivos contratos de concessão possuem prazo de validade definido, variando entre 30 e 35 anos. Em algumas situações, o poder concedente poderá, em casos de descumprimentos relevantes, rescindir os contratos de concessão antes do seu término, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. Os recursos hídricos disponíveis e sistemas eficientes reduzem o risco de desabastecimento e o processo de reajuste e revisão da tarifa é definido em contrato.



b) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, que acarretaria prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros, minimizados pela não existência de concentração relevante da sua carteira de clientes e da manutenção dos depósitos bancários em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos investimentos e dos instrumentos financeiros representam a exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis, conforme descrito abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Caixa e equivalente de caixa | 4 | 18 | 184 | 102 |
| Aplicações Financeiras | 36.014 | 13.066 | 37.370 | 16.225 |
| Contas a Receber | - | - | 8.571 | 7.302 |
| | 36.018 | 13.085 | 46.125 | 23.629 |

c) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações da taxa de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a financiamentos e debêntures.

A exposição ao risco de taxa de juros está, primordialmente, vinculada a obrigações de longo prazo passíveis de variações nas taxas de juros e nos índices de atualização monetária.

Simulações de diversos cenários, tais como refinanciamentos, liquidações antecipadas, renovações de posições existentes, trocas de dívidas e financiamentos são utilizadas para definir novas contratações ou renegociar as já existentes.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2024 |
| Ativos Financeiros | | | | |
| Caixas e equivalentes de caixa | 4 | 17 | 184 | 102 |
| Aplicações Financeiras | 36.014 | 13.067 | 37.370 | 16.225 |
| | 36.018 | 13.085 | 37.554 | 16.327 |
| Passivos Financeiros | | | | |
| Debêntures e Financiamentos | 111.139 | 58.875 | 111.139 | 58.875 |

d) Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não possui instrumentos financeiros com risco cambial.

e) Risco de liquidez

O Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos para assegurar a disponibilidade de caixa para atender às suas despesas de capital e operacionais, sem causar perdas relevantes ou prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|--------------|--------|-------------|--------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Debêntures e Financiamentos | 111.139 | 58.875 | 111.139 | 58.875 |
| Fornecedores a pagar | 3 | 8 | 3.285 | 3.919 |

24.2 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía ativos ou passivos financeiros apresentados pelos seus valores justos por meio do resultado, dessa forma são apresentados os ativos e passivos mensurados ao custo amortizado.

A informação do valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas informações financeiras encontra-se a seguir:

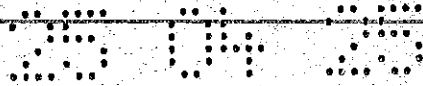
| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Ativos Financeiros | | | | |
| Caixas e equivalentes de caixa | 4 | 17 | 184 | 102 |
| Aplicações Financeiras | 36.014 | 13.066 | 37.370 | 16.225 |
| Contas a receber | - | - | 8.571 | 7.302 |
| | 36.018 | 13.084 | 46.125 | 23.629 |
| Passivos Financeiros | | | | |
| Debêntures e Financiamentos | 111.139 | 58.875 | 111.139 | 58.875 |
| Fornecedores a pagar | 3 | 8 | 3.285 | 3.919 |
| | 111.142 | 58.883 | 114.424 | 62.794 |

25. Seguros

Em 30 de junho de 2024, as controladas Gravatal, Gaivota, Sombrio e Guabiruba possuem seguros contratados, os quais não foram objeto de escopo da auditoria, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, riscos operacionais e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos como segue:

| Tipo de cobertura | 2024 | |
|------------------------|----------------|------------------|
| | Valor segurado | Seguradora |
| Responsabilidade civil | 5.000 | AIG Seguradora |
| Garantias | 6.103 | AUPOL Bank |
| Risco de engenharia | 22.400 | Ezze Seguros |
| Reponsabilidade Civil | 1.500 | Ezze Seguros |
| Patrimonial | 2.046 | Axa Empresa Flex |

* * * * *



Sul Concessões AGO 02 04 2025 Aprov DFs 2024 pdf
Código do documento 0c0bf234-d29f-4305-a42e-2ee1dff7b45

Assinaturas



DENIS LACERDA DE QUEIROZ
denis.lacerda@nortesaneamento.com.br
Assinou

DENIS LACERDA DE QUEIROZ



SERGIO GARRIDO DE BARROS
sergio.barros@nortesaneamento.com.br
Assinou

SERGIO GARRIDO DE BARROS

Eventos do documento

04 Apr 2025, 16:21:47

Documento 0c0bf234-d29f-4305-a42e-2ee1dff7b45 **criado** por YGOR DOMINGUES FLORENÇA (2c5a4762-9601-41c2-8a8d-ab134db86026). Email: ygor.florenca@nortesaneamento.com.br. - DATE_ATOM: 2025-04-04T16:21:47-03:00

04 Apr 2025, 16:22:21

Assinaturas **iniciadas** por YGOR DOMINGUES FLORENÇA (2c5a4762-9601-41c2-8a8d-ab134db86026). Email: ygor.florenca@nortesaneamento.com.br. - DATE_ATOM: 2025-04-04T16:22:21-03:00

05 Apr 2025, 12:02:01

DENIS LACERDA DE QUEIROZ **Assinou** - Email: denis.lacerda@nortesaneamento.com.br - IP: 191.177.163.200 (bfb1a3c8.virtua.com.br porta: 60892) - Documento de identificação informado: 668.457.425-53 - DATE_ATOM: 2025-04-05T12:02:01-03:00

07 Apr 2025, 14:50:08

SERGIO GARRIDO DE BARROS **Assinou** - Email: sergio.barros@nortesaneamento.com.br - IP: 201.1.49.130 (201-1-49-130.dsl.telesp.net.br porta: 32718) - Geolocalização: -23.553814098369752 -46.69666016070499 - Documento de identificação informado: 857.253.405-97 - DATE_ATOM: 2025-04-07T14:50:08-03:00

Hash do documento original

(SHA256):dc0966db6bfff0c7164300eb65a3c9a4b7b8d979c52eaed04e4b2f187d50dedf
(SHA512):157408f3fbada4f303206a08f5399253e2c19ecc3c6363220a1f552376ff2c33c813f59a2392adb1ffae7cf26492165224c3ec79a1227bec5c12d2d9964e543e

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



5 páginas - Data e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 08 de April de 2025, 18:18:48



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.